

• Histórico da Negociação

14 de outubro – primeira reunião de mobilização para negociar o Piso, na Fecesc, com a participação de aproximadamente 70 dirigentes sindicais.



22 de outubro – entrega da pauta para a classe patronal, com a reivindicação de equiparar o Piso de Santa Catarina com o estado do Paraná.



5 de novembro – primeira rodada de negociação. Fiesc propõe reajuste pela inflação, rejeitado pelos trabalhadores.



2 de dezembro – Fechado o acordo entre os representantes dos trabalhadores e a Fiesc.



18 de dezembro – Dirigentes sindicais pressionam pela aprovação do Projeto de Lei 52/2013 nas comissões de Justiça e do Trabalho da Assembleia Legislativa. Na tarde do mesmo dia, PL foi aprovado em plenário.



31 de dezembro – Lei Complementar 612, de 20 de dezembro de 2013, é publicada no Diário Oficial de Santa Catarina.

• A luta continua *(Abaixo-assinado)*

As entidades sindicais de trabalhadores prosseguem com a coleta de pelo menos 60 mil assinaturas necessárias (1% dos eleitores catarinenses) para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabeleça o reajuste automático do Piso Salarial Estadual. "Ainda faltam em torno de 20 mil assinaturas para que tenhamos mais esta ferramenta de pressão por uma política salarial de reajuste do Piso Estadual", conclama Ivo Castanheira.

• LEI COMPLEMENTAR Nº 612, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I – R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....
II – R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais) para os trabalhadores:

.....
III – R\$ 912,00 (novecentos e doze reais) para os trabalhadores:

.....
IV – R\$ 957,00 (novecentos e cinquenta e sete reais) para os trabalhadores:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2014.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Piso Salarial Estadual tem reajuste superior a 9%, retroativos a 1º de janeiro

Novo Piso em vigor

Vitória dos trabalhadores!

Federações de Trabalhadores:



Centrais Sindicais:



● Novo Piso em vigor

Piso Salarial Estadual tem reajuste superior a 9%, retroativos a 1º de janeiro

O movimento sindical dos trabalhadores catarinenses e as federações patronais assinaram no dia 2 de dezembro do ano passado o acordo para o reajuste do Piso Salarial Estadual. A Lei Complementar 612/2013 foi sancionada pelo governo do Estado no dia 31 de dezembro e passou a valer a partir de 1º de janeiro de 2014. O ganho real chegou a 3,10% diante de uma inflação oficial de 5,56% nos últimos 12 meses. O diretor sindical do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), Ivo Castanheira, considera importante o fechamento da negociação ainda em 2013: "É muito diferente dos demais anos, houve amadurecimento na negociação", avalia Castanheira.

● Comissão de negociação

Além do Dieese, a Comissão dos Trabalhadores é formada pelos representantes das centrais sindicais CUT, CTB, Força Sindical, NCST e UGT, além da Fetiesc. Unidas, essas entidades buscam a valorização do trabalhador catarinense.



● Piso é dividido por categoria, em quatro faixas salariais

O Piso Salarial Estadual está dividido por categoria, em quatro faixas salariais: a primeira teve 9,15% de reajuste, passando de R\$ 765,00 para R\$ 835,00. A segunda faixa passou de R\$ 793,00 para R\$ 867,00 (9,33% de reajuste), a terceira, de R\$ 835,00 para R\$ 912,00 (9,22%) e a quarta faixa salarial passou de R\$ 875,00 para R\$ 957,00, com 9,37% de reajuste. A partir deste ano, os Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde passam a integrar a Quarta faixa salarial do Piso.

Veja abaixo a tabela com o reajuste das quatro faixas salariais:

2013	2014	Reajuste
R\$ 765,00	R\$ 835,00	9.15%
R\$ 793,00	R\$ 867,00	9.33%
R\$ 835,00	R\$ 912,00	9.22%
R\$ 875,00	R\$ 957,00	9.37%

Primeira faixa - de R\$ 765 para R\$ 835 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ agricultura e pecuária;
- ▶ indústrias extrativas e beneficiamento;
- ▶ empresas de pesca e aquicultura;
- ▶ empregados domésticos;
- ▶ indústrias da construção civil;
- ▶ indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
- ▶ estabelecimentos hípicos;
- ▶ empregados motociclistas, motoboys e do transporte em geral, exceto os motoristas.

Segunda faixa - de R\$ 793 para R\$ 867 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias do vestuário e calçado;
- ▶ indústrias de fiação e tecelagem;
- ▶ indústrias de artefatos de couro;
- ▶ indústrias do papel, papelão e cortiça;
- ▶ empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- ▶ empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
- ▶ empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;
- ▶ empregados em empresas de comunicações e telemarketing;
- ▶ indústrias do mobiliário.

Terceira faixa - de R\$ 835 para R\$ 912 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias químicas e farmacêuticas;
- ▶ indústrias cinematográficas;
- ▶ indústrias da alimentação;
- ▶ empregados no comércio em geral;
- ▶ empregados de agentes autônomos do comércio.

Quarta faixa - de R\$ 875 para R\$ 957 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- ▶ indústrias gráficas;
- ▶ indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
- ▶ indústrias de artefatos de borracha;
- ▶ empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e crédito;
- ▶ edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;
- ▶ indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
- ▶ auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
- ▶ empregados em estabelecimento de cultura;
- ▶ empregados em processamento de dados;
- ▶ empregados motoristas do transporte em geral;
- ▶ empregados em estabelecimentos de serviços de saúde.

● O Piso Salarial Estadual na visão dos dirigentes sindicais e do Dieese

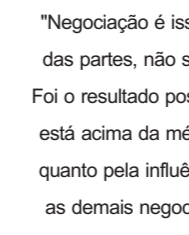
"Os Sindicatos devem prosseguir com o abaixo-assinado por um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para pressionar o patronal a entender a importância do Piso Estadual. Se a gente não conseguir pela via da negociação, temos outras ferramentas para forçar, o poder só se move assim". **Neudi Giachini - presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)**



"Foi uma negociação positiva, com aumento real expressivo. Temos a possibilidade de continuar o processo de recuperação do Salário Mínimo Regional de Santa Catarina. Nossa intenção é buscar uma política salarial para o Piso Estadual". **Osvaldo Mafra - presidente da Força Sindical**



"Temos que evoluir nas negociações que daqui para frente haverão de acontecer, no Estado. Não tenho dúvidas de que o Piso Estadual servirá de parâmetro para se negociar, assim como tem sido em anos anteriores". **Altamiro Perdoná - presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)**



"Negociação é isso: se fosse a vontade só de uma das partes, não seria negociação, seria imposição. Foi o resultado possível, o percentual de ganho real está acima da média do ano, tanto pelo ganho real quanto pela influência que esse reajuste terá sobre as demais negociações". **José Álvaro Cardoso - economista, diretor técnico do Dieese**



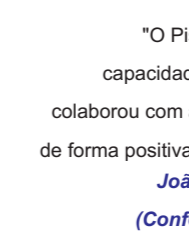
"Importante destacar o esforço de todas as centrais sindicais e federações nesta negociação. Nossas metas eram maiores, mas foi o que conseguimos. Agora, os Sindicatos têm que negociar valores acima desse Piso Estadual". **Idemar Antônio Martini - presidente da Fetiesc (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de SC)**



"Conseguimos ganho real e isso é importante para os trabalhadores. O Piso Salarial é um dos maiores projetos dos trabalhadores e do movimento sindical catarinense, serve de referência a todas as categorias". **Ivo Castanheira - diretor sindical do Dieese**



"O Piso será um balizador para as futuras negociações. O movimento sindical está de parabéns, a união das centrais, federações e sindicatos demonstra maturidade, quem sai ganhando são os trabalhadores e a sociedade catarinense". **Moacir Rubini - diretor da UGT (União Geral dos Trabalhadores)**



"O Piso Salarial Estadual aumentou a capacidade de compra dos trabalhadores, colaborou com a família catarinense e impactou de forma positiva todos os setores da sociedade". **Joãozinho Althoff - diretor da CTB (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)**

